

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE JORNALISMO

Erika Vitorino Artmann

Gruta de Kamukuaká: um patrimônio em risco

Florianópolis (SC)

2023

Erika Vitorino Artmann

Gruta de Kamukuaká: um patrimônio em risco

RELATÓRIO TÉCNICO do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Jornalismo. Disciplina JOR 6803 - Trabalho de Conclusão de Curso, professor Fernando Antonio Crocomo. Orientadora: Profa. Dra. Tattiana Teixeira.

Florianópolis (SC)

Dezembro de 2023

Ficha de identificação da obra

Artmann, Erika

Gruta de Kamukuaká : um patrimônio em risco / Erika Artmann ; orientadora, Tattiana Teixeira, 2023.

37 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Gruta de Kamukuaká. 3. Reportagem. 4. Xingu. 5. Jornalismo. I. Teixeira, Tattiana. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Jornalismo. III. Título.

Erika Vitorino Artmann

Gruta de Kamukuaká: um patrimônio em risco

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Jornalismo” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Jornalismo.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2023.

Prof. Valentina da Silva Nunes, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.(a) Tattiana Gonçalves Teixeira, Dr.(a)
Orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Stefanie C. da Silveira, Dr.(a)
Avaliador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Samuel Lima, Dr.(a)
Avaliador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

São tantos a agradecer que, sem dúvida, muitos ficarão de fora. Meu corpo, vivência e escolhas são construídos a partir dos contatos infinitos que fiz ao longo da vida. Impossível citar todos neste espaço.

Mas quero agradecer à minha mãe, Ana Lucia Vitorino da Paixão Artmann, que banca meu sonho de ser jornalista em todos os momentos desde meus treze anos de idade, seja financeiramente ou emocionalmente, sempre com coragem, mesmo nos tempos de escassez. Sinto gosto em escrever cada uma das letras de seu nome nesta página.

Agradeço ao meu irmão, Carlos Henrique Artmann, e à minha irmã, Evelyn Artmann, que me cuidam e cuidaram desde pequena. Também às minhas sobrinhas, Estefany e Eloá Artmann, pelos olhares admirados ao me ver chegar ou partir. O brilho nos olhos de vocês faz com que eu acredite em mim e em um futuro bonito para nossa família.

Agradeço ao meu pai, Valmir Augusto Artmann, pela coca-cola que me presenteou orgulhoso na minha primeira visita de volta para o Mato Grosso - casa - depois de iniciar a graduação em jornalismo. Senti todo seu amor tímido ao receber o presente. Foi com você que aprendi a gostar de jornalismo.

Agradeço aos meus amigos mato-grossenses. Significa muito contar com a memória de nossos sonhos adolescentes em tempos como este, de graduação, em que cresci tanto e realizei sonhos que comecei a construir ao lado de vocês.

Agradeço à minha irmã de coração, que me cuidou durante o meu ano de jornalismo em Natal, no Rio Grande do Norte, Bianca Costa.

Agradeço aos amigos que vieram e foram embora, aqueles que permanecem, e também aos que retornarão. Aprendo muito com todos vocês.

E agradeço às fontes do povo Wauja que confiaram a mim suas histórias com Kamukuaká e tornaram possível este Trabalho de Conclusão de Curso.

Por fim, agradeço ao Curso de Jornalismo da UFSC, aos meus professores da graduação e à universidade pública, gratuita e de qualidade.

Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. Desafio alguém a relatar fielmente o que aconteceu. Evaristo, Conceição (2016).

RESUMO

A gruta de Kamukuaká é um sítio arqueológico tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) desde 2010. Lugar de ocupação originária, no norte do Mato Grosso, está entre os municípios de Paranatinga e Gaúcha do Norte. O local é sagrado para o povo Wauja - historicamente engajado na luta pela proteção do território -, assim como para outros povos indígenas que habitam a região. Sua localização, por estar fora do território demarcado, traz riscos à preservação do sítio. A gruta guarda gravuras rupestres que foram destruídas em 2018. Um crime contra o patrimônio brasileiro que está sob investigação da Polícia Federal e do Ministério Público do Mato Grosso. Este Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo apresenta uma grande reportagem em texto sobre Kamukuaká e os conflitos que permeiam o sítio, além de tratar das características que tornam o espaço sagrado para os xinguanos, bem como um patrimônio histórico e arqueológico a ser preservado por todos brasileiros.

Palavras-chave: Jornalismo. Reportagem. Gruta de Kamukuaká. Xingu.

ABSTRACT

The Kamukuaká cave is an archaeological site listed by IPHAN (National Institute of Historic and Artistic Heritage) since 2010. Located in the northern region of Mato Grosso, between the municipalities of Paranatinga and Gaúcha do Norte. The site is sacred to the Wauja people, historically engaged in the territory protection, as well as other indigenous peoples in the region. Its location, outside of demarcated territory, poses risks to the preservation of the site. The cave contains rock engravings that were destroyed in 2018, constituting a crime against Brazilian heritage currently under investigation by the Federal Police and the Public Prosecutor's Office of Mato Grosso. This Journalism thesis presents an extensive text report on Kamukuaká and the conflicts surrounding the site. It also explores the characteristics that make the space sacred to the Xinguans, emphasizing its significance as a historical and archaeological heritage to be preserved by all Brazilians.

Keywords: Journalism. Report. Kamukuaká Cave. Xingu.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVO	11
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	12
3	DESENVOLVIMENTO	15
3.1	ESCOLHA DA PAUTA	15
3.2	APURAÇÃO	16
3.1	FORMATO DA REPORTAGEM	21
4	RECURSOS	23
5	DIFICULDADES E APRENDIZADOS	25
5.1	DIFICULDADES	25
5.2	APRENDIZADOS	26
6	CONCLUSÃO	27
	REFERÊNCIAS	28
	ANEXO A – PAUTA	30
	ANEXO B – DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE	37

1 INTRODUÇÃO

O jornalismo está interessado em gente, pessoas. É uma prática social que ganha condições de ciência na academia. A partir dele, são aplicados métodos próprios, que usa pesquisas, entrevistas, edição e outras ferramentas para contar histórias de interesse público. Um dos objetivos que sobressaem na prática jornalística é compilar materiais de diversas fontes para contar assuntos complexos de forma acessível aos espectadores, leitores ou ouvintes. Para isso, pode-se usar diferentes plataformas de veiculação dos materiais, a exemplo de jornal impresso ou digital, revista, televisão ou *streaming*.

A arqueologia está interessada em gente, pessoas. Esta ciência pesquisa no presente a materialidade das coisas que foram deixadas para trás em um espaço indefinido de tempo, que pode ser menos de 100 ou milhares de anos, com interpretações realizadas sempre no presente. O trabalho é de contexto, sem considerar um único objeto como revelador, mas sim um conjunto deles. Fios de cabelo, ossos, esculturas, pedras, cinzas, estruturas geológicas e todo material que indique a presença humana são elementos que contribuem para a pesquisa. Já os sítios arqueológicos são os espaços onde estão esses vestígios.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina, me aproximo da Arqueologia com uso dos métodos de apuração jornalísticas. Assim, conto em uma grande reportagem em texto o que se sabe sobre a destruição das gravuras rupestres na Gruta de Kamukuaká. Localizada na Amazônia Legal, em uma área rural entre os municípios de Paranatinga e Gaúcha do Norte, no Mato Grosso, o lugar é sagrado para alguns povos indígenas que residem na reserva do Xingu, principalmente para o povo Wauja. Desde 2010, o sítio arqueológico é tombado como patrimônio nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A maioria das gravuras rupestres que estavam na gruta foram destruídas em 2018. Um crime que ainda está sob investigação na Polícia Federal do Mato Grosso e corre em segredo de justiça.

Este relatório trata da grande reportagem em texto “*Gruta de Kamukuaká: um patrimônio em risco*”. O trabalho é resultado de uma apuração iniciada em meados de julho de 2022 e finalizada em novembro de 2023. Para a execução da

pauta, foram utilizados, portanto, dados coletados em cerca de um ano e meio de apuração jornalística sobre sítios arqueológicos no Mato Grosso.

1.1 OBJETIVO

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende, por meio de reportagem sobre a Gruta de Kamukuaká, levantar o debate sobre os sítios arqueológicos e lugares significativos para povos indígenas, principalmente aqueles passíveis de destruição por causa da expansão da agropecuária no Mato Grosso. Este material propõe-se a refletir sobre quais as histórias que correm risco de serem perdidas com as destruições desses vestígios, a importância material e imaterial dos sítios arqueológicos para a construção do Brasil e da memória amazônica, bem como os caminhos para preservação por meio do diálogo com os povos originários, da arqueologia e de políticas públicas em níveis municipais, estaduais e federais. Nesta discussão, o jornalismo aparece como intermediador da narrativa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em janeiro de 2000, há 22 anos, o jornal Folha de Londrina publicou a manchete “Sítios arqueológicos do MT correm risco”. O texto, que usava como fonte dados coletados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), alertava sobre o estado ter mais de 700 sítios arqueológicos com risco de desaparecer. A ameaça, segundo a notícia, partia de garimpos clandestinos, da agricultura, da construção de usinas hidrelétricas e do desmatamento. Depois disso, vestígios arqueológicos seguiram vulneráveis à ação humana no ambiente, inclusive com a derrubada de matas e construção de empreendimento.

O jornalismo brasileiro foi espaço para a denúncia desses riscos em alguns momentos desde os anos 2000. Em abril de 2022, a revista piauí publicou a reportagem “Asfaltando a história indígena”. No material, o repórter Lázaro Thor Borges narra o avanço das obras na BR-080, que liga Ribeirão Cascalheira a Cuiabá, capital do estado que está a 800 quilômetros de distância. A rodovia passa pelo espaço que abriga a mais antiga aldeia Xavante da região, a Sõrepré. O avanço das obras apresentava risco à cultura da comunidade originária por não dar atenção à conservação de sítios arqueológicos existentes na área. Na reportagem, o autor menciona outra duplicação, a da BR-158, em 2017, “quando sete sítios arqueológicos na região da terra indígena Marãiwatsédé foram destruídos”.

As denúncias na mídia ainda são insuficientes. Ao falar de arqueologia, muitas das vezes, o jornalismo apela ao sensacionalismo para descrever vestígios do passado apenas pelo fator da curiosidade, sem considerar a trajetória de vida desses vestígios e seus significados para povos do presente.

O primeiro contato que tive com o impasse entre empreendimentos e sítios arqueológicos aconteceu em uma disciplina em 2017, no Ensino Médio em Mato Grosso. Durante uma aula de história, um dos alunos, filho de um agricultor, referiu-se aos vestígios de cerâmica como “muito difícil de quebrar”. Lembro que o professor tomou a palavra e explicou que alguns objetos são encontrados pelo trator enquanto ele revira a terra para o plantio. E esses possíveis sítios nem sempre são identificados para que o plano de plantação não sofra alterações. Procurei este ex-colega novamente em 2023 para confirmar aquela fala, mas ele disse ter se confundido na época e o que encontrou, na verdade, era silte: um tipo de areia.

A perda quando ocorre a destruição de sítios arqueológicos passa por duas esferas do patrimônio: o material e o imaterial. Perde-se o vestígio em si, mas também a possibilidade de construção da memória a partir dele. No estudo “Sobre sítios arqueológicos e lugares significativos”, os pesquisadores Francisco Antônio Pugliesi Jr. e Raoni Bernardo Maranhão Valle fazem uma análise crítica sobre a construção de grandes empreendimentos e os impactos na territorialidade indígena. Em uma das primeiras citações, trazem um trecho de Walmar Munduruku, de 2011, que diz: “O branco tem seu patrimônio cultural dentro da cidade, o patrimônio cultural dos índios é nos campos, no mato, nas cachoeiras, no rio”. A provocação é sobre o que os brancos diriam se as aldeias fossem construídas em cima de suas propriedades, santuários e cemitérios. Argumenta-se:

A dimensão de territorialidade dos povos ameríndios – etnograficamente estruturada em uma “natureza-paisagem”, construída e simbolizada milenarmente – vem sendo sacrificada pela destruição dos lugares sagrados em prol da apropriação da paisagem enquanto “recurso natural” a ser explorado única e exclusivamente dentro dos parâmetros capitalistas. (PUGLIESE, VALLE, 2015, p.418)

Assinada em 1961, por Jânio Quadros, a Lei Federal 3.924 é a legislação que trata dos sítios arqueológicos no Brasil. Um dos trechos indispensáveis para discutirmos este Trabalho de Conclusão de Curso é o Artigo 1º, que em seu Parágrafo Único diz: “A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados”. O mesmo trecho define também que tais objetos pertencem à União. Por serem objetos públicos e estarem sob a guarda do Estado, no Artigo 3º define ainda que são proibidos “o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas” antes que sejam “devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas”.

Há ainda outro dispositivo que pode ser acionado pelo IPHAN para proteção dos sítios arqueológicos: o tombamento, respaldado pelo Decreto Lei 25, assinado em 1937 por Getúlio Vargas. O artigo 1º elabora como patrimônio histórico e artístico nacional o “conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico,

bibliográfico ou artístico”. Tais bens só são considerados parte do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se inscritos “em um dos quatro Livros do Tombo”, define a legislação.

A gruta de Kamukuaká é um patrimônio nacional inscrito no “Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” desde 2010. No artigo 17 do Decreto 25, que especifica as regras de tombamento, fica definido que “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas”. Também está sob a Lei 3.924, que trata sobre a manutenção, proteção e pesquisa em sítios arqueológicos. Mas nenhuma das proteções legais impediram a destruição das gravuras de Kamukuaká em 2018. O crime é investigado há seis anos e, sem resolução, o caso está em segredo de justiça na Polícia Federal do Mato Grosso.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A ESCOLHA DA PAUTA

A ideia de pauta não veio pronta, mas foi resultado de um processo de cerca de um ano e meio de pesquisa, entrevistas e imersão no tema da arqueologia com recorte no Mato Grosso. Em nível acadêmico, o primeiro trabalho começou a ser redigido em agosto de 2022, na disciplina de Planejamento de Trabalho de Conclusão de Curso. Com objetivo temático voltado para reportar sobre os sítios arqueológicos, comecei a busca por referências teóricas que sustentassem o tema, o formato de texto como grande reportagem e a intenção de conversar sobre arqueologia, ciência e meio ambiente por meio de recursos jornalísticos e literários. Este primeiro trabalho foi apresentado em dezembro daquele ano.

Depois da entrega, eu entendi que havia ainda um longo caminho a ser percorrido para encontrar o recorte da pauta, escolher as fontes, apurar à distância e *in loco* e produzir a reportagem. Por isso, no semestre seguinte, o primeiro de 2023, realizei a matrícula em duas disciplinas da UFSC que conversavam diretamente com esta reportagem. Jornalismo Investigativo, no Curso de Jornalismo, onde iniciei a apuração e aprendi métodos como permanência no tema, tempo de apuração, conhecimento prévio e recursos financeiros para a apuração. E Introdução à Arqueologia, do Curso de Museologia, que me ajudou a entender aspectos gerais do funcionamento desta ciência, como ela se aplica no Brasil e na Amazônia Legal e as discussões legislativas e acadêmicas sobre o tema. Os contatos que fiz nas aulas, com professores e alunos, foram essenciais para conhecer e utilizar ferramentas como o CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos), onde estão registrados os sítios brasileiros; e o SIG-QGIS, que serve para a construção de mapas.

As apurações documentais nos registros do CNSA, em bancos de dados acadêmicos e nas entrevistas realizadas nas disciplinas de Jornalismo Investigativo e em Introdução à Arqueologia trouxeram o recorte da pauta: a gruta de Kamukuaká. A sugestão veio, primeiro, da arqueóloga e fundadora do Museu de História Natural do Mato Grosso, Suzana Hirooka. Ela contou que, localizado no Vale do Araguaia, o sítio é sagrado para os Wauja, mas estava em território de fazenda, fora da demarcação, e teve as gravuras rupestres destruídas em 2018.

A Gruta de Kamukuaká passou a ter estrutura de pauta/recorte deste Trabalho de Conclusão de Curso apenas em agosto de 2023. Em contato com a orientadora, Tattiana Gonçalves Teixeira, nós entendemos que a história por si só era representativa do contexto de destruição dos sítios arqueológicos no Mato Grosso. A gruta é referência na luta dos povos indígenas pela preservação também de outros espaços com vestígios de habitação humana originária no estado, como o sítio de Sagihengu. Além disso, eu planejava conhecer mais de um sítio no começo desta apuração e, nas orientações, entendemos que não seria possível no tempo ou com os recursos financeiros disponíveis. Neste sentido, reportar apenas sobre Kamukuaká foi um caminho para garantir que os prazos fossem cumpridos.

3.2 APURAÇÃO

Meu primeiro passo de apuração especificamente sobre a gruta de Kamukuaká ocorreu em agosto deste ano. Enviei um e-mail ao ISA (Instituto Socioambiental), na sede em Canarana. O instituto é uma organização sem fins lucrativos que atua em temas como ameaças e pressões a comunidades tradicionais e povos originários. Me apresentei, contei sobre a reportagem e a intenção de escrever sobre Kamukuaká. O Instituto encaminhou o número de WhatsApp do Ewésh Yawalapiti Waurá, diretor da ATIX (Associação Terra Indígena Xingu), órgão que representa os interesses dos indígenas do Parque Nacional do Xingu. O diretor aceitou uma entrevista inicial, que realizamos pelo Google Meets, e se disponibilizou para conversar pessoalmente quando eu estivesse no Mato Grosso.

Outro contato em agosto deste ano foi realizado com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional). Inicialmente, mandei um e-mail e fiz ligações para a superintendência no Mato Grosso, mas não tive sucesso porque o contato para jornalistas é realizado por meio da assessoria de imprensa nacional. Depois, enviei o pedido aos assessores, com os quais consegui o número do processo que trata da proteção de Kamukuaká registrado no SEI/IPHAN, uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos. Li com atenção todo o processo, que descobri mais tarde ser apenas um de muitos que envolvem o sítio arqueológico. O IPHAN também me enviou o documentário não listado no YouTube, "Kamukuaká: Território Sagrado", produzido por Piratá Waurá, pesquisador, professor e fotógrafo da aldeia.

A viagem para a apuração presencial no Mato Grosso ocorreu no dia 15 de setembro, uma sexta-feira, com a primeira parada em Cuiabá, onde eu realizei o contato com algumas das fontes, principalmente as oficiais, como nas superintendências do Ministério Público, IPHAN e Polícia Federal. Depois de sete dias na capital, segui a viagem para Canarana, e lá entrevistei pessoas ligadas à ATIX e outros indígenas à frente da luta pela proteção e demarcação de Kamukuaká. Por último, pegamos a estrada em direção à Santiago do Norte, distrito de Paranatinga que está a 50 quilômetros da gruta, para conhecê-la e fotografá-la.

A viagem até Cuiabá foi realizada de avião e lá me hospedei na casa de amigas. A primeira entrevista presencial aconteceu no dia seguinte à minha chegada, com Suzana Hirooka, no Museu de História Natural do Mato Grosso. A entrevista foi gravada em áudio e vídeo, em frente a uma fonte de água que está no quintal do museu. Conversamos sobre a experiência dela em Kamukuaká em 2016, a destruição das gravuras, os conflitos por causa da BR-242 e as responsabilizações sobre o crime que, ainda hoje, está sob investigação na Polícia Federal.

Quando estive na capital do Mato Grosso, notadamente uma das mais quentes do país, durante a apuração deste Trabalho de Conclusão de Curso, uma onda de calor elevou as temperaturas mínimas da cidade para acima de 30°C, mesmo à noite. Eram dias de calor intenso e boa parte da apuração foi realizada a pé ou de ônibus, o que acrescentou às dificuldades na busca por informações *in loco*. Outro detalhe é que, mesmo nascida no Mato Grosso, essa era a minha primeira viagem a Cuiabá e eu não conhecia bem a cidade e seu clima.

Logo que cheguei, procurei a superintendência do IPHAN no estado. O primeiro endereço, registrado no Google, estava fechado para reforma. Conversei com uma das pessoas que trabalhavam no prédio ao lado, o Museu da Imagem e do Som de Cuiabá, e ele me passou um segundo endereço. Caminhei a pé e debaixo do sol por cerca de dois quilômetros mas, quando cheguei, um papel no portão indicava que a segunda sede também estava interditada. Decidi ligar no número de telefone, contei da minha visita frustrada e insisti para que me encaminhassem o contato de um dos pesquisadores da gruta de Kamukuaká. Consegui a fonte, que pediu para não ser identificada por não ser porta-voz oficial do órgão, mas me encaminhou outros processos e estudos técnicos sobre a gruta, o mapa com a localização e contatos de uma arqueóloga com experiência no sítio.

Antes da viagem am Mato Grosso, encaminhei um e-mail com pedido de informação sobre a gruta de Kamukuaká ao Ministério Público Federal do Mato Grosso (MPF) e à superintendência da Polícia Federal. Como nenhum dos órgãos me respondeu até a minha chegada, fui presencialmente às sedes. Na Polícia Federal, recebi a informação de que ninguém da assessoria estava disponível para me receber porque o trabalho é remoto e que apenas seria possível coletar as informações à distância. Me passaram um número de telefone para ligar, além do oficial que eu já havia utilizado em tentativas anteriores, mas sem sucesso. Uma assessora atendeu e pediu para que eu solicitasse informações por e-mail, mas nunca retornou aos meus pedidos nem para confirmar se o caso está em segredo de justiça e explicitar os motivos desta condição. Cheguei a fazer contato direto por e-mail com o delegado Otávio José Lima de Oliveira, da Delegacia da Polícia Federal em Rondonópolis, mas a minha mensagem foi bloqueada.

Na visita ao Ministério Público Federal do Mato Grosso eu fui atendida por um assessor de imprensa. Foi ele quem me explicou que o processo criminal sobre a destruição das gravuras está em segredo de justiça, mas que existe outro com acesso livre sobre a revisão dos limites da Terra Indígena Batovi, no Xingu, com pedido de inclusão da área de Kamukuaká na reserva. Depois de passar as informações detalhadas, ele agendou uma entrevista minha com o Procurador da República Ricardo Pael Ardenghi, responsável pelo processo de demarcação. A entrevista ocorreu em 21 de outubro, de forma remota, e ele resumiu algumas das questões sobre o pedido de demarcação. Por intermédio de Ardenghi, consegui uma entrevista com Walter Coutinho, antropólogo do MPF/MT que em 2020 produziu um relatório sobre a relação dos Wauja com a gruta, o histórico de conflitos envolvendo o patrimônio e a revisão solicitada para garantir a proteção não só da gruta, mas de todo o rio Tamitotoala, por onde corre a história de Kamukuaká.

Com as apurações finalizadas em Cuiabá, segui de carro para Canarana (MT), a 643 quilômetros da capital. Ao chegar, o primeiro passo foi procurar a sede da ATIX e retomar o contato, agora presencialmente, com o diretor executivo, Ewésh Yawalapiti Waurá. Ele também é o advogado responsável pela defesa dos Wauja e me recebeu para conversarmos sobre a gruta. Neste momento, perguntei qual a prioridade para os povos indígenas com relação a Kamukuaká: a resolução do crime

contra o patrimônio ou a demarcação? Prontamente, ele respondeu que a revisão territorial é a principal preocupação.

Na ATIX, conheci Yakuipu Waurá, presidente da Associação Indígena Sapukuyawa Arakuni, que está na luta pela proteção de Kamukuaká. Ela afirmou:

Naquele dia [quando descobriram o apagamento das gravuras] foi uma grande tristeza para mim, para nós. Entendemos que os brancos - como a gente chama -, estão tentando apagar nossa história, mas eles não vão conseguir porque a gente vem sabendo que aquele lugar é um lugar para nós. Não vai adiantar eles apagarem. Isso foi um grande impacto para nós, saber daquela notícia. [...] Tentamos fazer e fizemos uma realidade virtual, mas mesmo assim a gente sabe que não vai ser a mesma coisa. Porque a gruta de Kamukuaká já foi destruída e é uma destruição que não tem preço para nós. Nenhum proprietário tem como pagar o que foi feito com a gruta de Kamukuaká.(WAURÁ, YAKUIPU. 2023).

Yakuipu me colocou em contato com Piratá Waurá e informou que ele, como professor, tinha projetos com seus alunos sobre a gruta de Kamukuaká. Enviei uma mensagem no WhatsApp e ele aceitou o convite para uma entrevista online. Conversamos via Google Meet e a internet caiu diversas vezes por causa do sinal fraco de internet na aldeia onde ele estava. Consegui uma boa gravação em áudio, mas a visibilidade das imagens ficou dificultada. Nós falamos por cerca de 60 minutos e eu perguntei sobre a história de Kamukuaká e o dia em que souberam do apagamento. Piratá era uma das pessoas que encontraram as gravuras destruídas. Ele é pesquisador e está engajado na luta pela proteção do local sagrado.

Outra entrevista online ocorreu com a arqueóloga Gabriele Viega Garcia, do Instituto Homem Brasileiro. A organização trabalha com pesquisa e conservação do patrimônio material e imaterial no Mato Grosso. Ela me contou que foi convidada pelos Wauja para pensar a preservação e proteção do espaço sagrado em conjunto com eles. Conversamos sobre os temas que perpassam a arqueologia e a proteção do sítio de Kamukuaká, como a Lei 3.924 e o Decreto 25, que deveriam, mas não conseguem, proteger integralmente a gruta.

A viagem até a gruta de Kamukuaká foi uma das últimas etapas de apuração. Como meu prazo era muito curto, decidi ir com minha mãe, Ana Lucia Vitorino da Paixão Artmann, e meu irmão, Carlos Henrique Artmann. Nossa ideia era conhecer e fazer imagens do local. Eu considerei e gostaria de ir acompanhada por

pesquisadores ou dos próprios indígenas. Cheguei a ser convidada para ir com a equipe do IPHAN no final de novembro de 2023, mas, por falta de tempo e de recursos financeiros para voltar ao estado neste ano, precisei recusar.

Sáímos então eu, minha mãe e meu irmão de Canarana, no Mato Grosso, no sábado, dia 30 de setembro, para uma viagem de três dias. Primeiro fomos até Paranatinga e, de lá, saímos na manhã do dia 1º de outubro para seguir por 170 quilômetros até o distrito de Santiago do Norte. A gruta está a 50 quilômetros da vila. Já quase na gruta, o pneu furou por causa dos buracos na estrada e precisamos parar em Santiago do Norte para fazer o reparo. Era domingo e conseguimos o conserto na única borracharia do bairro. No dia seguinte, uma segunda-feira, o pneu estourou novamente enquanto voltávamos para Canarana e nós descobrimos que o borracheiro colocou no carro uma câmara que seria para trator.

Antes de sair da borracharia, ainda no domingo, mais um imprevisto: minha mãe, que dirigia naquele momento, não reparou no toco de árvore que estava à frente e seguiu até bater. O impacto quebrou o radiador e, sem ele, não havia como seguir viagem até Kamukuaká. Por isso, ficamos por uma noite em Santiago do Norte. Com cerca de 4 mil habitantes, todos no distrito têm esperança de que o lugar cresça com a pavimentação da BR-242. Os gastos feitos ali não estavam previstos, seja com o conserto do carro ou com a diária para três pessoas em um hotel nas margens da rodovia, mas foram necessários para concluir a viagem.

Sáímos do hotel perto do meio-dia na segunda-feira, com o radiador do carro consertado, para ir até a gruta de Kamukuaká e depois voltar para Canarana. Não tínhamos autorização prévia para a visita, então, falamos com o encarregado ao chegar na fazenda. A primeira reação que ouvimos foi: “mas vocês não vão publicar, né?”. Insistimos que a visita era para um trabalho da faculdade e ele nos levou à trilha e permitiu que fôssemos até a gruta.

Depois de apontar o caminho, o encarregado afirmou que não chegaríamos lá porque tem onça no local. Ainda assim, seguimos nós três, sozinhos, até a margem do rio Tamitotoala, onde está Kamukuaká. Começamos a fazer a trilha mas, com a mata fechada, sem ajuda de pessoas que conhecem o local e com o alerta de uma possível presença de onça, sentimos medo de continuar. Durante as aulas de Jornalismo Investigativo, ouvi várias vezes que devemos prestar atenção ao clima do ambiente da apuração. Se estiver com sinais de complicações e o clima pesar, é

hora de voltar. Então decidimos parar a trilha. Chegamos muito perto, mas no fim voltamos para casa sem conhecer a gruta de Kamukuaká.

Outra fonte contactada foi o DNIT/MT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), responsável pela pavimentação da BR-242, que informou sobre as reuniões realizadas ao longo de 2023 com os povos indígenas para consulta sobre o processo de licenciamento. Procurei informações junto à superintendência da FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) no Mato Grosso, mas o órgão não respondeu aos pedidos até o fechamento da reportagem.

3.3 FORMATO DA REPORTAGEM

A reportagem, segundo o que Nilson Lage descreve no livro “Teoria e técnica da reportagem, entrevista e pesquisa”, tem como “instrumento” o repórter. É o profissional que está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. “Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser os ouvidos e os olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante” (LAGE, 2001, p.23). Em “Teoria e técnica do texto jornalístico”, Lage explica que enquanto a notícia é um texto curto e factual sobre um acontecimento, a reportagem é mais completa, com maior número de fontes e leituras interpretativas sobre o contexto. Neste caso, o imediatismo não é essencial e, por isso, a apuração ganha intensidade, profundidade e o jornalista tem maior autonomia.

A notícia expõe um fato ou uma seqüência rápida de fatos de um mesmo evento: cai um avião na mata fechada, uma notícia; resgatam-se passageiros e tripulantes dias depois, outra notícia; divulga-se o relatório técnico sobre o desastre, uma terceira notícia, apoiada na recapitulação das duas anteriores. Já o relato detalhado, com base em testemunhos, do sofrimento daqueles dias passados na selva, entre feridos e mortos; medo, incerteza e crises de desespero – isso daria uma excelente reportagem (LAGE, 2005, p.174).

Para construir a grande reportagem sobre Kamukuaká, foram considerados dois métodos de jornalismo: o literário e o investigativo. São métodos diferentes, um mais ligado ao como se escreve e o outro mais próximo do como se apura. Mas, se há uma semelhança entre os dois, ela está na profundidade da apuração e na busca

por detalhes. A grande reportagem em texto, quando narrada com riqueza de informações, tem mais chance de atrair o público ao qual ela se destina. Neste caso, pessoas interessadas em discutir meio ambiente e as influências das ações humanas na construção das florestas, das culturas e das crenças.

Quanto ao jornalismo literário, é uma forma, entre as muitas existentes, de contar histórias. Os autores deste estilo costumam usar recursos da literatura, como diálogos e descrição cuidadosa de cenas em uma narrativa atraente, para contar fatos reais. Monica Martinez, no trabalho *Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas*, diz que o diferencial do formato está justamente na “pluralidade de vozes, algumas vezes em acordo, outras dissonantes, mas todas estimulantes no sentido de não se contentarem com receitas de investigação comuns e, conseqüentemente, produzirem achados interessantes”. (MARTINEZ, 2017, p. 22). A autora diz que o Jornalismo Literário exige do repórter uma prática abrangente para dar conta do tema em contexto, a partir da história, da sociologia, da psicologia e da antropologia.

A imersão também é característica do Jornalismo Investigativo. Neste formato, é preciso se aprofundar na pauta, nas perguntas, no conhecimento das fontes e do tema, para ser capaz de aprofundar uma história. No livro *Jornalismo Investigativo*, o autor Leandro Fortes explica: “A reportagem, de fato, não prescinde de investigação. Mas jornalismo investigativo é algo mais complexo, trabalhoso e perigoso. Não se assemelha com a rotina natural das redações. Exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte”. (FORTES, 2005, p. 8). E precisei utilizar um pouco de cada uma dessas características durante a apuração sobre a Gruta de Kamukuaká ou em todo o trabalho prévio de pesquisa. Isso para possibilitar a construção de um texto detalhado, com descrição de cenas e diversidade de fontes.

A escrita é base em todos os formatos de jornalismo. Da revista às televisões, do rádio aos podcasts e dos jornais às redes sociais. É essencial conhecer sobre redação para criar roteiros, construir notícias, reportagens e legendas, organizar as fotografias e outras tantas tarefas que fazem parte da rotina do jornalista. A reportagem em texto, por seu turno, é o formato que mais tenho praticado e me interessa desde os primeiros semestres no curso de jornalismo. Aperfeiçoá-lo é um objetivo pessoal.. Também por isso, esta reportagem apropria-se da palavra, que me acompanhará por tantas outras produções ao longo da carreira.

4 RECURSOS

Nesta tabela, trago em detalhes as despesas para a produção desta reportagem com equipamento, deslocamento, hospedagem, alimentação e produção. O cálculo de produção está de acordo com a tabela de preços para freelas do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, acessada em novembro de 2023.

Material	Unidade	Valor	Quantidade	Valor final
Equipamento	Computador lenovo Intel Core 5	R\$3.200,00	1	R\$3.200,00
Equipamento	Câmera Canon T6	R\$3.800,00	1	R\$3.800,00
Equipamento	Tripé	R\$180,00	1	R\$180,00
Equipamento	Bateria extra para câmera	R\$100,00	1	R\$100,00
Equipamento	Bateria externa para celular	R\$86,00	1	R\$86,00
Equipamento	Fone de ouvido com microfone	R\$35,00	1	R\$35,00
Equipamento	Armazenamento no Google Drive	R\$75,00	100GB	R\$75,00
Deslocamento	Passagens aéreas FLN → CWB GYN → FLN	R\$1.100,00	2	R\$1.100,00
Deslocamento	Passagem de volta no ônibus Canarana → GYN	R\$350,00	1	R\$350,00
Deslocamento	Combustível	R\$400,00	1	R\$400,00
Deslocamento	Conserto radiador	R\$750,00	1	R\$750,00
Deslocamento	Conserto para choque	R\$1.500,00	1	R\$1.500,00

Deslocamento	Conserto pneus	R\$180,00	2	R\$360,00
Deslocamento	Uber	R\$25,00 (média)	4	R\$100,00
Alimentação	Saída de campo	R\$500,00	-	R\$500,00
Hospedagem	Hotel em Santiago do Norte	R\$260,00	Uma diária para três pessoas	R\$260,00
Produção	Redação da reportagem por lauda com mais de quatro fontes	R\$547,00	Redação da reportagem em 16 laudas com mais de quatro	R\$8.752
Produção	Edição da reportagem por página	R\$ 116,79	Edição de reportagem com 12 páginas	R\$1.401,48
Produção	Revisão da reportagem por lauda	R\$75,00	Revisão da reportagem em 16 laudas	R\$1.200,00
Produção	Diagramação, Webdesign e Projeto Gráfico	R\$ 1.021,00	Webdesign da landing page com a reportagem	R\$ 1.021,00
Total	-	-	-	R\$25.170,48

* Cada lauda representa um texto de 1.400 caracteres com espaço.

5 DIFICULDADES E APRENDIZADOS

5.1 DIFICULDADES

Se considerar que a apuração sobre a gruta de Kamukuaká começou oficialmente em agosto de 2023 para estar completamente finalizada em novembro do mesmo ano, o tempo foi uma das principais dificuldades para a elaboração desta grande reportagem em texto. Este trabalho, especialmente por ser o último da graduação, requer um grau de apuração que se assemelha ao profissional. Não fosse pelas apurações em disciplinas anteriores - desde agosto de 2022 -, e os cuidados ao delimitar o tema, dificilmente seria concluído no tempo disponível. Ao considerar que um dos desafios da profissão é mesmo o tempo limitado, esta questão pode ser vista também como mais uma característica comum ao jornalismo.

Durante os meses de produção, apuração, redação e edição desta reportagem, foi necessário conciliar o final da graduação com o trabalho de assessoria de imprensa em uma agência para empresas de tecnologia. Seis horas por dia eram dedicadas ao emprego, o resto do tempo foi dividido entre aulas, vida pessoal e voluntariado em projetos de extensão da UFSC e este Trabalho de Conclusão de Curso. Em alguns momentos as atividades se acumularam e precisei ter paciência para administrá-las e entender o que era ou não possível ser feito. Mesmo durante a viagem, na qual passei um mês no Mato Grosso para a apuração da reportagem, foi necessário seguir as atividades como assessora que, por sorte, puderam ser realizadas de forma remota. Os recursos financeiros obtidos na agência foram essenciais para arcar com as despesas desta apuração.

Encontrei dificuldades também na visita à gruta de Kamukuaká que, por ser distante e de difícil acesso, é preferível que aconteça na companhia de pesquisadores experientes ou dos indígenas Wauja que conhecem o caminho. A viagem não foi perdida porque utilizei muito do contexto daquele território para pensar os conflitos em torno de Kamukuaká com a obra de pavimentação da BR-242 e a FICO (Ferrovia de Integração Centro Oeste). Mas, certamente os transtornos seriam menores caso estivéssemos com alguém que conhece o local, o que demandaria tempo extra e uma relação mais consolidada com as fontes.

5.2 APRENDIZADOS

Os principais aprendizados acompanham as dificuldades com relação ao tempo e às fontes. Em agosto, quando cheguei à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - depois de ter apurado com diversas fontes sobre a arqueologia no Brasil, na Amazônia e no Mato Grosso -, percebi que o tempo não se adaptaria a minha pauta, mas eu precisava transformá-la para caber nos três meses disponíveis para produção. Recortamos o tema para falar apenas sobre Kamukuaká, organizei o cronograma e a partir daí, de certo modo, contei com a sorte para encontrar as fontes no Mato Grosso nos trinta dias que eu estive por lá. Uma série de convenções, eventos e lutas levaram muitos deles para outros estados pouco antes ou depois da minha visita. De qualquer modo, fui atendida pela maioria sem muitas dificuldades, mesmo que por ligações na internet.

Sobre as fontes, estou certa de que a visita à gruta de Kamukuaká seria facilitada se eu tivesse uma relação mais fortalecida com as pessoas que conversei, sejam os povos indígenas ou pesquisadores. Agora, percebo ser importante manter contato e pensar em outras pautas para consolidar a experiência no tema que envolve sítios arqueológicos, cultura, direitos humanos e meio ambiente. É na contação de histórias bem apuradas que o jornalista conquista a confiança das fontes. Isso acontecerá com a prática, ao longo dos anos como repórter, que virão a partir desta graduação em Jornalismo na UFSC.

Nasci no Mato Grosso em março de 2000 e vivi no estado até meus 18 anos, mas esta reportagem foi essencial para eu entender: naquela terra, sou estrangeira. Minha família chegou ali por volta da década de 1970 em um processo de colonização que tirou indígenas de suas terras ou afastou deles seus espaços sagrados. Quantidades gigantes de mata foram transformadas em pasto e lavoura. Segundo o MapBiomas, o estado tinha mais de 68 milhões de hectares de floresta em 1985. Em 2023, são cerca de 47 milhões. Enquanto isso, o espaço usado para agropecuária passou de 11 milhões na metade da década de 80 para 34 milhões em 2023. E assim cidades foram construídas entre os rios Tamitotoala e Culuene. Entendo que, como jornalista e estrangeira nascida e criada ali, carrego a

responsabilidade de trabalhar pela proteção dos biomas naquela área, que é a transição entre o Cerrado e a Amazônia.

6 CONCLUSÃO

A grande reportagem em texto “*Gruta de Kamukuaká: um patrimônio em risco*” foi produzida como Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. Durante a produção, foram utilizados recursos da técnica jornalística que auxiliam no recorte de pauta, na apuração, nas entrevistas, na redação e nas edições dos materiais. Foram seis anos de graduação para me formar como jornalista, dos quais um ano e meio foi utilizado no preparo deste material.

A pauta não é inédita ou exclusiva. O crime cometido contra a Gruta de Kamukuaká foi amplamente divulgado por jornais em 2018. Neste trabalho, busquei trazer profundidade para a apuração ao conversar com fontes, ler documentos e abordar o contexto que levou à destruição das gravuras. A ideia não é apontar suspeitos para o crime contra o patrimônio - o que também ainda não foi feito pela Polícia Federal do Mato Grosso -, mas colaborar com a reflexão sobre a arqueologia no Brasil e sua utilização como ferramenta para contar as histórias das florestas e dos povos originários, com a interpretação e protagonismo dos indígenas.

A reportagem completa da qual trata este relatório pode ser acessada no link: <https://preview.shorthand.com/rBCUWmba3g1wZ7ki>.

REFERÊNCIAS

BORGES, Lázaro Thor. **Asfaltando a memória indígena**. Piauí, Brasil, p. Online, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/asfaltando-memoria-indigena/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CASA CIVIL. **Lei nº 3.924, de 26 de junho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasil, 26 jul. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm#:~:text=LEI%20No%203.924%2C%20DE,monumentos%20arqueol%C3%B3gicos%20e%20pr%C3%A9%20Dhist%C3%B3ricos. Acesso em: 26 nov. 2023.

CASA CIVIL, Presidência da República. **Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 26 de nov. 2023

FOLHA DE LONDRINA (Brasil). **Sítios arqueológicos do MT correm risco**. Folha de Londrina, Brasil, 13 fev. 2000. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/sitios-arqueologicos-do-mt-correm-risco-254171.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

FORTES, Leandro. **O caminho das pedras: Jornalismo investigativo passo a passo**. 2005.

JR., Francisco Antonio Pugliese; VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. **Sobre sítios arqueológicos e lugares significativos**. Separata de: OCEKADI: Hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistências na bacia do rio Tapajós. [S. l.]: Câmara Brasileira do Livro, 2016. p. 417- 436. Disponível em: <<http://bit.ly/3u7J4ME>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 2001. Disponível em:

<https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2023.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. 2005. Disponível em: <https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Teoria-e-T%C3%A9cnica-do-Texto-Jornal%C3%A9stico.pdf>. Acesso em: 26 de nov. 2023.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas**. 2017. Disponível em: scielo.br/j/interc/a/YwYmt85GZrc4NRsjHytXYm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 nov. 2023.

MAPBIOMAS. **Coleção 8 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/40T2Lr5>. Acesso em: 26 nov. 2023.

SINDICATO DOS JORNALISTAS (Santa Catarina). **Tabela de Freelas**. Elaborada pelo Sindicato de Jornalistas de Santa Catarina. Disponível em: <http://sjsc.org.br/tabela-de-freelas/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ANEXO A – Pauta

Pauta: Gruta Kamukuaká

Repórter: Erika Artmann

Histórico:

Localizada entre Paranatinga e Gaúcho do Norte, duas cidades mato-grossenses a cerca de 330 km da Capital, Cuiabá, a Gruta Kamukuaká - sagrada para os indígenas Waujá - teve um painel com pinturas rupestres apagadas em 2018. Ela está no complexo arqueológico que leva o mesmo nome, às margens do Rio Batovi, com uma série de elementos que registram a história em uma região onde hoje o território do Xingu divide espaço e conflitos com o agronegócio.

A gruta guarda as memórias do guerreiro Kamukuaká, mito fundador dos ritos de iniciação das jovens lideranças, e também está ligado às divindades Kamo (sol) e Kejo (lua). Ou seja, dois aspectos culturais importantes e sagrados para a comunidade e que devem ser contados pela reportagem. Mas, neste aspecto, é essencial alertar sobre os riscos que o espaço corre por se encontrar em um território de expansão agrícola.

Em 2018, a gruta foi vandalizada e teve seus desenhos apagados, mas existem outros problemas: a BR-242, nas proximidades do complexo arqueológico, foi construída a menos de 250 metros do local, segundo relatório publicado pela Rede Xingu +. O aumento da circulação de pessoas pode levar também a ocupações irregulares da área que é tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) desde 2010. Outra preocupação é a proposta de construção da Ferrogrão (Ferrovia EF-170), em tramitação na Câmara dos Deputados e que, se realizada, serviria para o transporte de grãos produzidos na região e traria impactos ambientais, sociais e arqueológicos.

Com mais de 903 mil quilômetros quadrados de extensão, o Mato Grosso é casa para três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal. A exploração econômica da região se intensificou por volta dos anos 1970. As áreas foram ocupadas com o incentivo da ditadura militar e são amplamente utilizadas pelo agronegócio. No processo,

muitos povos indígenas foram retirados de suas terras, mas os vestígios da ocupação e do pertencimento continuaram ali.

Há fazendas no estado que passam de três mil hectares, com plantios em larga escala e, durante a preparação, como ao arar, objetos históricos com valor arqueológico são encontrados. Depois disso, quando não são ignorados, acabam quebrados ou escondidos para manter o ritmo da produção agrícola. Este é o tema amplo que será trabalhado e considero que o caso da gruta é representativo, além de ser um dos poucos mapeados em um contexto com poucos dados organizados.

A pauta chegou às minhas mãos por meio de uma extensa pesquisa sobre o contexto de expansão agrícola no Mato Grosso e a salvaguarda dos bens arqueológicos. Já a motivação veio após ouvir de um colega em sala de aula do ensino médio que seu pai, proprietário de uma fazenda em Canarana, no Mato Grosso, encontrou peças de cerâmica mas não informou ao IPHAN para que pudesse manter o plantio daquela safra. Quase seis anos depois, retornamos ao assunto, mas mudou a versão: segundo ele, eram objetos arqueológicos e afirmou que era “um tipo de solo parecido com o silte”.

Segui a busca por outros casos e conversei com a arqueóloga Suzana Hirooka, que fundou o Museu de História Natural do Mato Grosso e contou sobre a destruição das pinturas rupestres na gruta Kamukuaká.

Abordagem:

Nesta pauta, a Gruta Kamukuaká, sagrada para os indígenas Waujá, será o personagem principal. A ideia é entrevistar pessoas da comunidade para conhecer as histórias e mitos que a cercam, sua utilização pelo povo e o sentimento de pertencimento entre o território e os povos originários. Como gancho da reportagem, vou utilizar a destruição das pinturas rupestres, com uma atualização sobre a investigação pela Polícia Federal, o IPHAN e a recuperação dos rituais. Há notícias informando que uma versão digital, em 3D, seria feita para registrar a imagem do espaço antes do apagamento dos desenhos, mas não encontrei até agora.

Na imprensa de forma geral, a arqueologia costuma aparecer em notícias que a desconectam do fator humano presente. Mas, nesta reportagem, pretende-se trazer um olhar especializado, com fontes que entendam essa ciência como uma narrativa do presente sobre o passado, e não a história em si. Assim, tudo que se diz nos dias

de hoje, são reflexos e impactam diretamente as populações no entorno. Então, contar a relação presente entre povo, sítios e vestígios arqueológicos é fundamental, e é aqui que o jornalismo se encaixa.

As entrevistas serão feitas inicialmente à distância, para conhecer o contexto e buscar a viabilidade de visitas à Gruta e ao Complexo Arqueológico Kamukuaká, bem como às aldeias para me aproximar da cultura do povo Waujá. Estou em busca de arqueólogos, sociólogos, comunicadores e ceramistas indígenas, além de fontes oficiais como o IPHAN e a Polícia Federal, para ter acesso às investigações. As visitas devem ser feitas em seguida, sempre acompanhada de outras pessoas para que exista um apoio tanto em questões de logística e segurança quanto para a assistência com vídeos e fotografias dos lugares. O material será multimídia.

Veículo e público de referência:

A reportagem sobre a Gruta Kamukuaká será publicada em formato digital, em plataformas que possibilitem a criação de landing page, aproveitando conteúdos em áudio, vídeo, texto e fotografia. Será necessária bastante organização para realizar todas as edições e produções até dezembro de 2023. Se possível, gostaria de levar para a apuração em campo alguns equipamentos emprestados do jornalismo UFSC: uma câmera e um tripé.

O público que será considerado na produção do material são: ambientalistas, historiadores, arqueólogos, ativistas e lideranças indígenas e outros interessados na formação histórica do Brasil. Penso que o formato e a abordagem caberiam em um veículo como a Agência Pública, que usa conteúdos multimídia e multiplataformas para narrar reportagens investigativas com foco em direitos humanos. O produto final será apresentado, junto a um relatório, como Trabalho de Conclusão de Curso na graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Perguntas:

- 1- Quais os resultados das investigações sobre o apagamento das pinturas?
- 2- Qual a relevância cultural e histórica do sítio arqueológico para os povos indígenas Waujá?
- 3- O espaço é sagrado para outros povos além dos Waujá?
- 4- Quais os conflitos sociais que levaram ao apagamento?

5- O que ocorreu na gruta é um caso isolado ou representativo de outros?

6- Ainda há pinturas rupestres remanescentes?

8- O que se sabe sobre a gruta? Qual a datação do vestígio arqueológico?

9- Após o apagamento, como ficou a relação da comunidade com o lugar?

10- Foi noticiado que seria feita uma visualização 3D e virtual do lugar com as pinturas ainda conservadas. Isso ocorreu? Se tivesse ocorrido, o que representaria para os Waujá?

11- O complexo arqueológico ainda está em um contexto de conflito com a construção da BR-242 e da proposta quanto à Ferrogrão. Quais os problemas que esses empreendimentos trazem para a arqueologia no Mato Grosso?

12- O que pode ser feito para melhorar as condições arqueológicas nesses locais?

Fontes:

- 1) Suzana Hirooka - Arqueóloga, paleontóloga e fundadora do Museu de História Natural do Mato Grosso;
- 2) Instituto Socioambiental - O Instituto tem ações com comunidades ribeirinhas e povos indígena; tem fontes sobre a Gruta Kamukuaká;
- 3) Rede Xingu + - Organização civil que monitora o território e realizou estudos de impacto sobre a ferrogrão e as estradas próximas à gruta.
- 4) ATIX (Associação Terra Indígena do Xingu), que pode nos ajudar com os acessos ao complexo arqueológico, entrevistas com os indígenas Waujá, história e importância cultural da gruta;
- 5) IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional): responsável pela regulamentação e salvaguarda de sítios arqueológicos, além de especialistas, o IPHAN tem bancos de dados como o CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) e outras portarias de regulamentação. Realizou inspeções na Gruta Kamukuwaká;
- 6) Polícia Federal e Ministério Público, para atualizar sobre o andamento quanto a Gruta Kamukuwaká e encontrar outras denúncias.
- 7) Lucas Reis Bueno - professor de arqueologia na UFSC, com estudos produzidos sobre as regulamentações para arqueologia no Brasil, a exemplo da Lei 3.294/61; tem especialização em Amazônia Legal;

Proposta de cronograma:

Semana	Demanda	Andamento
--------	---------	-----------

1° 7 a 11 de agosto	<ul style="list-style-type: none"> - Delimitação e entrega da pauta; - Organização de fontes documentais; - Contato com fontes de entrevista: ISA, Polícia Federal, ATIX, Suzana Hirooka, IPHAN e Ministério Público. 	- Feito
2° 14 a 18 de agosto	<ul style="list-style-type: none"> - Agendar todas entrevistas online; - Conseguir fontes documentais (inquérito PF, relatório IPHAN e estudo Rede Xingu +); - Comprar passagens 	- Feito
3° 21 a 25 de agosto	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar entrevistas online e confirmar visitas presenciais; 	- Feito
4° 28 de agosto a 1° de setembro	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar entrevistas online e confirmar visitas presenciais 	- Feito
5° 4 a 8 de setembro	<ul style="list-style-type: none"> - Transcrever entrevistas, reunir as informações coletadas - Preparar perguntas para a apuração in loco - Começo da produção de relatório de apuração 	- Feito
6° 11 a 15 de setembro	<ul style="list-style-type: none"> - Ida para Cuiabá; - Entrevistas presenciais com PF, MP, IPHAN e Suzana Hirooka; 	- Feito
7° 18 a 22	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas presenciais com PF, MP, IPHAN e Suzana Hirooka em Cuiabá; 	- Feito

de setembro	- Ida para Paranatinga;	
8° 22 a 29 de setembro	- Entrevistas presenciais em Paranatinga/Gaúcha; - Ida para Canarana;	- Feito
9° 1 a 6 de outubro	- Transcrições de entrevistas; - Construção de roteiro.	- Feito
10° 9 a 13 de outubro	- Possíveis apurações extras; - Produção da primeira versão do texto; - Retorno para Florianópolis.	- Feito
11° 16 a 20 de outubro	- Envio da primeira versão para revisão da orientadora - Produção de mais uma parte do relatório de apuração;	- Feito
12° 23 a 27 de outubro	- Aperfeiçoamento no texto;	- Feito
13° 30 de outubro a 3 de nov.	- Envio da segunda versão do texto - Edição de vídeos e fotos;	- Feito
14° 6 a 10 de nov.	- Ajustes finais no texto; - Envio para revisão; - Aplicação em formato multimídia;	- Feito
15° 13 a 17 de nov.	- Edição final da reportagem e entrega para orientadora; - Fechamento de relatório de apuração;	- Feito
16°	- Nesta semana, é possível ainda	- Feito

20 a 24 de nov.	realizar ajustes finos no produto final, mas nada além disso; - Entrega do relatório final de apuração para revisão da orientadora	
17° 27 de nov a 1° de dez.	- Entrega para avaliação da banca;	- Feito
18° 4 a 8 de dez.	- Apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso;	
19° 11 a 15 de dez	- Depósito no repositório da UFSC	

ANEXO B - DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE**DECLARAÇÃO DE AUTORIA E ORIGINALIDADE**

Eu, Erika Vitorino Artmann, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Curso de Jornalismo da UFSC (JOR/CCE/UFSC), matrícula 19202338, declaro para os devidos fins que o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “*Gruta de Kamukuaká: um patrimônio em risco*” é de MINHA AUTORIA e NÃO CONTÉM PLÁGIO.

Estou CIENTE de que em casos de trabalhos autorais em que houver suspeita de plágio será atribuída a nota 0,0 (zero) e que, adicionalmente, conforme orientação da Ouvidoria e da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), “em caso de suspeita ou verificação de plágio, o professor deverá notificar o Departamento no qual está lotado para as providências cabíveis”.

Autorizo a publicação do TCC no Repositório Digital da UFSC.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2023

Assinatura